

# As dinâmicas da cooperação China-África: perspectivas e controvérsias

## The dynamics of China-Africa cooperation: prospects and controversies

Maria Eduarda de Andrade e Sousa\*  
Henrique Altemani de Oliveira\*\*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 137, mai.-jun.2013 [p. 27 a 34]

### Introdução

Os temas do desenvolvimento econômico chinês, de sua dependência de recursos naturais externos e da importância de suas importações e exportações para o comércio internacional não estão ainda suficientemente explorados, mas apresentam-se aqui secundários para uma breve ponderação sobre o significado da presença chinesa no continente africano.

É inegável que, no presente século, uma forte motivação foi o acesso a recursos naturais, sobretudo energéticos. Mas, a inserção na África não ocorreu somente neste século, ao contrário, desde seu início a República Popular da China (RPC) fez-se presente no continente africano. De outro lado, não se pode omitir que é exatamente neste século e somente após sua acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC) que o desenvolvimento chinês explodiu ou que seu papel se fez sentir mais intensamente em todos os quadrantes.

A Política Externa da China, desde a constituição da RPC, apresentou inflexões que vão de uma intensa vinculação com a União Soviética (URSS) ao aprofundamento do isolacionismo e, por fim, ao processo de inserção à comunidade internacional, tanto na dimensão política quanto na econômica com sua inserção no comércio internacional.

Apesar dessas inflexões estratégicas, seu projeto de política externa manteve acentuada continuidade em termos de buscar afirmar sua autonomia nacional e de recuperar um *locus* internacional. Para tanto, ênfase no desenvolvimento econômico tido como fundamental e inseparável da segurança nacional: independência, soberania e estabilidade (Oliveira, 2012: 18). Estes objetivos de política externa têm como alicerce os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica proclamados pelo premier Zhou Enlai em 1955: não agressão, não intervenção nos assuntos internos, respeito mútuo pela integridade territorial, cooperação e benefício mútuo e coexistência pacífica.

\* Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico da Universidade Estadual da Paraíba GEPAP/UEPB (m.eduardaandrade@gmail.com).

\*\* Professor do Programa de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (henrique.altemani@gmail.com).

Não obstante, é igualmente fundamental avaliar como a África reage à presença chinesa. E, neste sentido, não se pode igualmente omitir o fato de que o continente africano, apesar das independências, manteve suas economias extrovertidas, dependentes do mercado e dos interesses europeus, em especial por intermédio do Convênio de Lomé vinculando a entrada preferencial dos produtos africanos na Comunidade Econômica Europeia em troca de auxílio ao desenvolvimento. E, igualmente, o fato da agora União Europeia ter descontinuado este Convênio e precipuamente os investimentos na década de 1990.

Nesse sentido, a cooperação Sul-Sul para com o continente africano se apresenta para a China como uma estratégia para garantir sua segurança, seu desenvolvimento econômico e apoio político nas negociações internacionais, sobretudo no que se refere à questão de Taiwan.

Dentro dessa perspectiva, a China tem intensificado o seu engajamento no continente africano para suprir sua carência energética e ampliar o seu peso político no Sistema Internacional. Em contrapartida, a parceria com a China se apresenta para a África como uma alternativa ao envolvimento com as potências ocidentais, que não surtiu os efeitos esperados para esse continente. Sendo assim, a China se mostra como um parceiro atraente por adotar uma política externa fortemente calcada nos princípios da coexistência pacífica, diretrizes bastante distintas das praticadas pelas potências ocidentais na África, onde o recebimento de ajuda econômica das potências tradicionais é sinônimo de subordinação e imposição de condicionalidades.

O presente texto retoma diferentes momentos do relacionamento sino-africano desde a constituição da RPC e, em um segundo momento, avalia os fundamentos desta relação no presente século, enfatizando em especial os aspectos políticos na consideração de que os econômico-comerciais já são mais de domínio público.

## Antecedentes históricos

Muito tem se discutido nos últimos anos sobre a emergência do engajamento da China no continente africano. Entretanto, essa parceira não constitui um fenômeno recente, mas laços que remontam ao século XV, quando das expedições aventureiras de Zheng-He ao continente africano (Alden et alii, 2008). Com base nesses vínculos duradouros, os chineses enfatizam a amizade e a cooperação próprias das relações sino-africanas, tendo em vista que os chineses nunca tiveram a pretensão de conquistar ou colonizar os territórios africanos, diferentemente dos europeus, que não hesitaram em fazê-lo (Raine, 2009).

Não obstante, as relações com o continente africano ficariam mornas nos séculos subsequentes, recobrando valor estratégico somente após o estabelecimento da RPC. As relações sino-africanas seriam retomadas já na década de 1950, no início dos processos de libertação das colônias africanas, com o estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e o Egito em 1956 (Anshan, 2007). A despeito do ativismo chinês na Conferência de Bandung (1955) na defesa dos princípios da coexistência pacífica, as relações sino-africanas durante os anos 1950 se pautavam pela defesa do socialismo como expressão da aliança sino-soviética então vigente.

Após a ruptura sino-soviética (1963), a RPC deu continuidade, ao longo da década de 1960, à política de aproximação com o continente africano, buscando i) ampliar o reconhecimento internacional da RPC em face de Taiwan (Becard, 2008); e ii) favorecer o engajamento ideológico sob a bandeira do comunismo maoísta, a fim de contrabalançar a influência soviética na região. Segundo Anshan (2007), a China encontrou na África um aliado contra o colonialismo, o imperialismo e o revisionismo soviético.

Envolvida na Revolução Cultural e isolada do Sistema Internacional, a RPC manteve os programas de cooperação com as nações africanas e a ajuda aos partidos e movimentos emancipacionistas, a fim de “exportar a revolução”. (Anguiano, 2001: 238).

Nesse período, o evento mais importante para a consolidação das relações sino-africanas foi a visita do premier Zhou Enlai entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964 a dez países africanos. Desta visita resultaram os Oito

Princípios da Ajuda Externa<sup>1</sup> e os Cinco Princípios das Relações com os Países Africanos,<sup>2</sup> que nada mais eram do que a aplicação prática dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica declarados em Bandung. Esses princípios guiariam a política africana da China até hoje.

Em 1969, com o fim da fase aguda da Revolução Cultural, cristalizou-se na China a percepção de que a dupla oposição ao revisionismo soviético e ao imperialismo estadunidense havia surtido efeitos negativos para a segurança da RPC. Mao estava convencido de que a URSS era a principal ameaça à China, e que não restava outra opção senão se aproximar dos Estados Unidos (EUA), única potência capaz de contrabalançar a URSS. Nesse sentido, tornava-se patente a necessidade de participar do diálogo estratégico internacional mediante a aproximação com os EUA.

O processo de aproximação com os EUA favoreceu amplo reconhecimento internacional da RPC, com seu retorno à ONU e ao Conselho de Segurança (CS/ONU) enquanto membro permanente (1971), em prejuízo de Taiwan, que perdeu sua representação nesta organização.<sup>3</sup> À entrada da RPC na ONU se seguiu o estabelecimento de relações diplomáticas entre China e uma série de países, com o simultâneo rompimento com Taiwan. Entre 1971-1976, Pequim estabeleceu relações diplomáticas com 53 países, sendo 10 das Américas, 11 da Europa, 10 da Ásia-Pacífico e 22 na África, o que atesta, desde aquela época, a importância do continente africano para a política externa chinesa (Anguiano, 2001).

No campo político, a reintegração da China ao Sistema Internacional via entendimento sino-americano, fez com que a RPC passasse a sustentar posições dúbias na África, apoiando as mesmas facções que as potências capitalistas, leia-se anticomunistas, como forma de evitar prestar assistência aos grupos patrocinados pela URSS (Raine, 2009). Um exemplo bem marcante deste posicionamento foi o reconhecimento, em Angola, da UNITA junto com EUA, África do Sul e Zaire, enquanto que URSS, Cuba e Brasil reconheciam o MPLA.

Para minimizar esta dubiedade, em 1972 a RPC oficializou a tese do “fim do campo socialista” e sua “Teoria dos 3 Mundos”, afirmando que sua política internacional tinha uma ligação direta com os interesses dos países em desenvolvimento e com uma linha de ação voltada à busca de uma redefinição das regras do comércio internacional de forma a possibilitar maiores condições de desenvolvimento e que conseqüentemente não estava atrelada nem à URSS nem aos EUA.

No campo econômico, a cooperação sino-africana evoluiu bastante através do estabelecimento de programas de ajuda aos países africanos, com pacotes de ajuda à realização de grandes obras públicas, que representavam, segundo Anshan (2007), símbolos da descolonização e do orgulho nacional. O projeto mais ambicioso realizado pela China nesse período foi a construção da ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TanZam), de 1970 a 1976. Era um projeto antigo, que havia sido rejeitado, em 1964, pelo Banco Mundial. Em 1967, a China fechou o contrato para a construção da ferrovia de 1.860 quilômetros. (Raine, 2009).

1 Oito princípios da Ajuda Externa: (i) o oferecimento de ajuda externa não deve ser uma espécie de esmola unilateral, devendo basear-se nos princípios de igualdade e benefício mútuo; (ii) o governo chinês respeita a soberania dos países receptores, não impondo condicionalidades nem cobrando privilégios; (iii) a China oferece ajuda econômica na forma de empréstimos sem juros ou a baixas taxas e prolonga o tempo limite para pagamento quando necessário, aliviando o fardo dos países recipientes o máximo possível; (iv) o objetivo da China ao prover ajuda não é tornar os países beneficiários dependentes da China, mas ajudá-los a tornar-se autossuficientes e economicamente independentes. (v) a RPC procura ajudar os países beneficiários a formular projetos que requeiram menos investimento e forneçam melhores resultados, como forma de aumentar seus rendimentos e acumular capital; (vi) a China fornece equipamentos e materiais da mais alta qualidade e, caso não preencham as devidas especificações, serão substituídos. (vii) transferência tecnológica: o objetivo da China ao fornecer assistência técnica é fazer com que o pessoal do país domine a técnica; (viii) os experts enviados pela China para trabalhar nos projetos nos países beneficiários terão o mesmo padrão de vida que experts nacionais.

2 Cinco princípios das Relações com os Países Africanos: (i) apoio aos países africanos na luta contra o imperialismo e colonialismo, como com forma de salvaguardar a independência nacional; (ii) apoio à execução de uma política de paz, neutralidade e não alinhamento por parte dos países africanos; (iii) respeito aos anseios e escolhas do povo africano; (iv) apoio aos esforços africanos para solucionar suas disputas através de meios pacíficos; (v) respeito à soberania dos países africanos e repúdio a qualquer tipo de interferência externa.

3 Desde a vitória do PCC, havia o reconhecimento internacional da existência de “uma só China”. Conseqüentemente, o reconhecimento era pró Taiwan, sob a liderança do Partido Nacionalista, ou favorável à RPC, representada pelo PCC. O conceito de “uma só China” estabelece relações diplomáticas com somente um governo.

A partir de 1979, com início do processo de modernização, a China voltou-se para dentro e concentrou-se em resolver os seus problemas domésticos. Isto significa dizer que a África deixou de ser prioridade de Beijing e o relacionamento entre China e África arrefeceu.

Não obstante, na década de 1980, Pequim retomou as relações com os parceiros africanos sob uma nova ótica, pautada no pragmatismo e no benefício mútuo, abandonando a lógica maoísta de fundo ideológico e revolucionário. Com o anúncio dos Quatro Princípios da Cooperação Técnica e Econômica com Países Africanos, dava-se início a uma fase despolitizada, de projetos de baixo custo e com retornos rápidos, que visavam expandir as relações econômicas e comerciais (Becard, 2008).

Marcante nesta década foi a viagem de Deng Xiaoping à África em 1982 quando enfatizou um relacionamento com base na cooperação e não em ajuda unilateral. Introduziu o conceito chinês de cooperação Sul-Sul, caracterizado pelo respeito à soberania, não interferência nos assuntos internos dos receptores, não impondo condições políticas nem exigindo privilégios (Brautigam, 1998: 49-50, apud Raposo & Potter, 2010: 179).

A partir de então, a China começou a buscar lucros nas relações com os países africanos, diluindo a tênue linha existente entre ajuda externa, cooperação e investimento. Colocaram-se em marcha novas modalidades de cooperação, como a “sustentabilidade assistida”, que previa a manutenção e a recuperação de estruturas deterioradas, como estradas e sistemas de irrigação, e a “cooperação tripartite”, na qual a China fornecia os equipamentos e a mão de obra, ao passo que o receptor concedia apoio local e um terceiro entrava com o financiamento (Brautigam, 2008).

O início da década seguinte foi marcado pelas tentativas chinesas de romper o isolamento imposto pelas nações ocidentais após os incidentes de Tiananmen em 1989. Este momento foi, portanto, um período de ajuste político-diplomático voltado à reinserção da RPC no Sistema Internacional. Diante disso, a China intensificou sua política africana, como forma de compensar os prejuízos gerados pelo embargo imposto pelos países do Norte.

A década de 1990 é considerada um marco no engajamento da China na África, registrando verdadeiro boom nas relações sino-africanas. A África voltou, mais uma vez, à lista de prioridades da agenda da política externa chinesa, configurando-se como parceiro estratégico. Tal reaproximação se deu em função de três fatores: i) o isolamento imposto pelas potências ocidentais à China após os eventos da Praça da Paz Celestial; ii) vácuo de poder criado na África em razão da retirada da influência europeia sobre a região; iii) penetração de Taiwan no continente africano em busca de apoio político vis-à-vis a RPC. Nesse contexto, o continente africano se apresentava, para a RPC, como um parceiro vital frente ao embargo ocidental e à ofensiva de Taipei sobre os seus sócios africanos (Becard, 2008).

Diante disso, fortaleceram-se tanto os laços econômicos, na medida em que a China necessitava de mercados para o escoamento da sua abundante produção, quanto os políticos, como forma de compensar o déficit de apoio político-diplomático que a RPC detinha na época no cenário internacional.

A década seguinte seria marcada pelo aprofundamento das relações econômicas, com o incremento vertiginoso do comércio sino-africano e com o estabelecimento de numerosos acordos de cooperação, assim como pela consolidação dos vínculos políticos, mediante a institucionalização das relações inter-regionais com a criação, em 2000, do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

## A política sino-africana no século XXI

As criações da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África<sup>4</sup> (NEPAD), no início do século XXI, apresentadas como uma estratégia de “renascimento”, decorreram de ações e respostas afirmativas, protagonizadas por africanos, para reverter a situação crítica em que a África se encontrava. De outro lado, e

4 O NEPAD é uma estrutura estratégica da União Africana para o desenvolvimento socioeconômico africano. Busca solucionar desafios críticos como a pobreza, o desenvolvimento e a marginalização internacional da África.

aproveitando-se igualmente do abandono europeu, potências emergentes buscaram ampliar sua presença em África. Somam-se, assim, ao FOCAC, o Programa *Focus Africa* da Índia (2002) e a reaproximação brasileira com a África no governo Lula.

E, igualmente, no início do presente século, a acessão da China à OMC definindo-a como um “ator normal” no comércio internacional, sem precisar aguardar a “concessão da cláusula da nação mais favorecida” pelos EUA, marca a recente e maior inserção chinesa nas relações econômicas internacionais. Não só na África, mas igualmente nas Américas e nas demais regiões, com as respectivas respostas positivas e/ou negativas.

Na África intensificou-se o interesse chinês pelo acesso a recursos energéticos, ampliaram-se os investimentos e as relações comerciais. Idem na América do Sul. Mas, por quais razões grande parte dos analistas ocidentais apresenta a tendência de concentrar críticas na acusação de pilhagem e de neocolonialismo na África e não tão acentuadamente em outros espaços regionais?

Strauss (2012: 135-137), avaliando a estratégia chinesa de relacionamento com os países em desenvolvimento, realça o efeito positivo da consistência e continuidade da retórica chinesa em torno dos Cinco Princípios, dos benefícios mútuos, da igualdade política, assim como da sensação de que foram “deixados para trás” com as prescrições e remédios aplicados pelo Norte. Assim, enquanto o discurso de muitos analistas ocidentais enfatiza as preocupações, dúvidas e alarmes, a questão mais relevante na África, e mesmo na América Latina, é como maximizar as oportunidades e minimizar os desafios decorrentes da presença chinesa.

Neste sentido, entende-se que para parte expressiva dos países em desenvolvimento, a China é hoje um dos principais parceiros comerciais, uma das principais fontes de investimentos e de empréstimos, e igualmente um parceiro político em inumeráveis mecanismos multilaterais. Destarte, a consideração de que, apesar de todos os riscos e desafios, a China é e apresenta “oportunidades” antes negadas ou limitadas em decorrência do excesso de condicionalidades. Esta percepção foi muito mais reforçada com a crise financeira global de 2008 afetando sobremaneira os países desenvolvidos. Da crise, reforçou-se a imagem positiva do “modelo chinês de desenvolvimento” e a consciência que o relacionamento econômico-comercial com a China foi um dos fatores que possibilitou que os países em desenvolvimento sofressem menos os efeitos da crise.

Na Conferência FOCAC, em 2006, China propunha o estabelecimento de um novo tipo de “parceria estratégica” com a África, com igualdade política e confiança mútua, cooperação econômica com benefícios mútuos e intercâmbio cultural”.

Além do investimento e compra de grandes volumes de hidrocarbonetos, a China também investe nas economias dos países produtores, sobretudo em infraestrutura (estradas, ferrovias, portos, aeroportos), como forma de atrair o apoio e a confiança dos dirigentes africanos e, assim, assegurar fontes de fornecimento a longo prazo (Rotberg, 2008).

Como a RPC chegou “atrasada” à disputa internacional de hidrocarbonetos, e as principais reservas de petróleo já estavam sendo exploradas pelas empresas ocidentais, a China desenvolveu uma estratégia que prioriza a penetração em países onde não há competição externa de empresas ocidentais<sup>5</sup>, evitando confrontação com os EUA e as potências europeias. (Encina, 2006)

E, com base no princípio de não intervenção, a China se propõe a comercializar e estabelecer vínculos políticos com quaisquer Estados que tenham interesse em fazê-lo, sem considerar o tipo de regime, o seu grau de governabilidade/corrupção ou o respeito aos direitos humanos.

A cooperação chinesa na África apresenta-se, portanto, como uma parceria com os projetos de desenvolvimento dos países com os quais negocia. Para tanto, oferece empréstimos garantidos em petróleo, destinados para a realização de obras públicas. Instituições financeiras estatais chinesas abrem linhas de crédito para a realização de projetos

5 Observe-se que o ambiente de instabilidade e a acentuada presença de empresas ocidentais no Oriente Médio explicam, em parte, a ênfase chinesa em investimentos e em recursos energéticos na África e na América Latina e não no Oriente Médio.



de construção de infraestrutura e desenvolvimento, com significativa atratividade frente às linhas de crédito das Instituições financeiras multilaterais, as quais impõem condicionalidades políticas e econômicas.

A cooperação sino-africana, com bastante impulso nas últimas décadas, não se restringe, portanto, ao campo econômico. He Wenping (2007: 24) enfatiza que a demanda por energia e matérias primas não é o fator chave, antes é preciso compreender a estratégia diplomática chinesa em termos globais e sua correlação com os esforços para o desenvolvimento sustentável de sua economia e a busca de apoio.

Assim, diferentemente do que ocorria com as potências ocidentais, em que a relação bilateral servia tão-somente para manter os africanos sob o jugo europeu, no caso da China, essa parceira estratégica funciona como uma plataforma para a inserção internacional dos Estados africanos, na medida em que suas posturas ganham respaldo de um membro permanente no CS/ONU (Wenping, 2007).

De maneira geral, considera-se tratar de uma política vantajosa para os ambos os parceiros. Por um lado, a China obtém grandes vantagens da cooperação por garantir o apoio político de virtualmente todos os Estados<sup>6</sup> às suas posições nos fóruns internacionais, reforçando o princípio da “China única” e rechaçando qualquer forma de separatismo dentro de suas fronteiras, sobretudo no caso do Tibete. Por outro, os Estados africanos, além das vantagens econômicas advindas da ajuda externa chinesa, ganham respaldo para as suas posturas, por possuírem um parceiro internacional com poder de veto no CS/ONU, ao mesmo tempo em que ampliam sua margem de manobra e influência ao negociar na arena internacional em bloco, através do FOCAC.

Destarte, para obter reconhecimento diplomático e apoio internacional das nações africanas, a única condição imposta pelos chineses para estabelecer relações bilaterais é o reconhecimento de uma única China, cujo legítimo representante é a RPC. Tal condição é expressamente declarada no Livro Branco da China sobre as relações sino-africanas: “the one-China principle is the political foundation for the establishment and development of China’s relations with African countries and regional organizations” (China’s African Policy 2006, 2006: 2).

A cooperação sino-africana é marcada por fortes vínculos diplomáticos, fortalecidos por meio de reuniões ministeriais realizadas no âmbito do FOCAC<sup>7</sup>, em que são discutidas formas de intercâmbio político, econômico e cultural, bem como através de constantes visitas de dirigentes chineses às capitais africanas em busca de apoio para os seus projetos no continente. A China também tem investido bastante na sua diplomacia pública no continente africano, buscando disseminar o seu *soft power* não só através do estabelecimento de Institutos Confúcio, mas principalmente pela retórica em torno de seu “modelo de desenvolvimento” e, em especial, a parceria estratégica com base na igualdade política, confiança e ganhos mútuos.

A observação de Buzan & Cox (2013: 121) de que a ideia de crescimento harmonioso, defendida pela China, está muito mais baseada no respeito e preservação das diferenças do que na busca da homogeneidade em torno de alguma linha ideológica em particular, sensibiliza positivamente a resposta e a aceitação africana sobre a presença chinesa. Mendes (2011: 79), da mesma forma, considera que o Consenso de Beijing é muito mais atrativo para os africanos e latino-americanos do que a estratégia mais rígida e condicional do Consenso de Washington.

Assim, a relação China-África se apresenta, em pleno século XXI, como uma profunda cooperação, que transcende o campo econômico-comercial, abrangendo projetos nas mais diversas áreas, como política, diplomacia, infraestrutura, tecnologia, agricultura, educação, saúde, cultura, dentre outras. Para Mendes (2010), “numa clara *smart power*, alternando entre o recurso ao *soft power* – envolvimento diplomático e capacidade de atração econômica e cultural – e ao *hard power*, a RPC tem procurado reforçar sua presença no hemisfério Sul.”

Ademais, a RPC não tem pretensões em conquistar os territórios africanos, como fizeram as potências europeias anteriormente, nem tampouco exportar seu modelo econômico ou seu regime político, como fazem atualmente os

6 Exceto Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia.

7 Reuniões já realizadas: Pequim (2000), Addis Ababa (2003), Pequim (2006), Sharm el-Sheikh (2009) e Pequim (2012).

Estados Unidos, na sua cruzada pela democracia (Rotberg, 2008).

Em outras palavras, a China vem desenvolvendo na África uma política de aproximação que, ao contemplar uma ampla gama de instrumentos (*statecraft*), que incluem diplomacia, propaganda, instrumentos econômicos e instrumentos militares, possibilita o fortalecimento das relações com as nações africanas, nutrido ao longo de seis décadas, facilitando a emergência da China como um ator internacional, bem como de liderança no mundo em desenvolvimento.

## Considerações finais

Pode-se aventar a premissa de que os projetos de desenvolvimento, os planos de ação, os empréstimos de Instituições financeiras internacionais e as doações na modalidade de ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) ou de cooperação internacional durante a Guerra Fria não surtiram os efeitos previstos, permanecendo a África em um estágio de agudo subdesenvolvimento.

Este quadro pode ainda ser considerado muito mais problemático se é acrescido o fato de que na década de 1990, com o liberalismo muito mais exacerbado, a África sem atratividade para o mercado internacional perdeu esta fonte de receitas em termos de doações e mesmo a relação privilegiada que detinha com a União Europeia.

Neste sentido, para uma África buscando solucionar desafios críticos como a pobreza, o subdesenvolvimento e a marginalização internacional, a presença chinesa enquanto fonte de investimentos e de empréstimos, mercado comprador e fornecedor e parceiro político passou a ser uma alternativa estratégica atrativa. E mais do que isto. Há a percepção e a aceitação de que China é igualmente um país ainda em desenvolvimento, que apresenta problemas similares e que não é competidora, ao contrário, há muito mais uma complementaridade.

Raposo & Potter (2010: 196) apontam que uma vantagem que a China detém sobre outros Estados na África é seu compromisso político de longo prazo. Desde os 1950 China trabalhou com a convicção de fortes relações políticas são vitais para um relacionamento econômico a longo prazo. China assim escolheu e apoiou a maioria dos estados Africanos, ao contrário dos países ocidentais.

“A China acredita que sua ajuda desinteressada e alta ênfase no desenvolvimento de infraestrutura responde melhor às necessidades africanas do que a ênfase dos doadores ocidentais em desenvolvimento humano, lei e reforma institucional” (Brautigam, 2009: 22 apud Raposo & Potter, 2010: 195).

A questão levantada por Fijalkowski (2011: 223) de que o crescimento genérico do *soft power* chinês e seu sucesso depende não somente de se a China pode vender sua imagem para os Estados africanos, mas também se os africanos estão querendo comprá-la, pode ter automaticamente a resposta de que a África quer comprar a imagem que China transmite pois, pragmaticamente, lhe é vantajosa: parceiro político e econômico que tem sim seus interesses mas que busca vantagens mútuas e que, diferentemente dos desenvolvidos, não impõe condicionalidades, com um discurso que, na realidade é ação prática de não interferência. Enfim, um parceiro do Sul que embora apresente problemas, distorções e desafios, oferece oportunidades antes negadas.

## Referências bibliográficas

- ALDEN, C; LARGE, D; OLIVEIRA, R. S. (2008). *China returns to Africa: anatomy of an expansive engagement*. Real Instituto Elcano.
- ANGUIANO, Eugenio (2001). “Diplomacia de la República Popular China”. In: ANGUIANO, Eugenio (org). *China contemporánea: la construcción de un país (desde 1949)*. México: El Colegio de México.

- ANSHAN, Li (2007). "China and Africa: policy and challenges". *China Security*, 3 (3): 69-93. Summer.
- BECARD, Danielly Silva Ramos (2008). *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974 -2004)*. Brasília : FUNAG.
- BRAUTIGAM, Deborah (2008). China's foreign aid in Africa: what do we know?. In: ROTBERG, R. I. *China into Africa: trade, aid and influence*. Brookings Institution/World Peace Foundation
- BUZAN Barry & COX Michael (2013). "China and the US: Comparable Cases of 'Peaceful Rise'?" *The Chinese Journal of International Politics*, 6: 109-132
- ENCINA, Carlota García (2006). *La Política Africana de Pekín: ¿oportunidad o amenaza?* Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 27.
- FIJALKOWSKI, Lukasz (2011): "China's 'soft power' in Africa?". *Journal of Contemporary African Studies*, 29 (2): 223-232.
- MENDES, Carmen Amado (2010). "A China e a Cooperação Sul-Sul". *Relações Internacionais*, 26: 39-46. Junho.
- MENDES, C. A.; ITURRE, M.J. & NASCIMENTO, D. (2011) "O "Factor" Taiwan na Política Externa Chinesa em África e na América Latina". *Estratégia*, XX: 69-86.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani (2012). *Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- RAINE, Sarah (2009). *China's African challenges*. London: Routledge. Adelphi Series, International Institute for Strategic Studies (IISS).
- RAPOSO, Pedro Amakasu & POTTER, David M. (2010). "Chinese and Japanese development co-operation: South-South, North-South, or what?". *Journal of Contemporary African Studies*, 28 (2): 177-202. April.
- ROTBERG, Robert I. (2008). "China's Quest for Resources, Opportunities, and Influence in Africa". In: ROTBERG, R. I. *China into Africa: trade, aid and influence*. Brookings Institution/World Peace Foundation.
- STRAUSS, Julia C. (2012). "Framing and Claiming: Contemporary Globalization and "Going Out" in China's Rhetoric towards Latin America". *The China Quarterly*, 209: 134-156. March.
- WENPING, He (2007). "The balancing act of China's african policy". *China Security*, 3 (3): 23-40.

## Resumo

A presente reflexão procura demonstrar que as motivações do engajamento da China no continente africano vão além da exploração de recursos naturais, revelando interesses políticos de inserção internacional, reconhecimento externo do seu status de potência e de participação na definição das regras da Ordem Internacional.

## Abstract

This paper seeks to demonstrate that the motivations of China's engagement in Africa go beyond the exploitation of natural resources, revealing political interests of international insertion, external recognition of its status as an international power and participation in the definition of the rules governing the International Order.

**Palavras-Chave:** China; África; cooperação.

**Keywords:** China; Africa; cooperation.

Recebido em 26/05/2013

Aprovado em 17/06/2013